

Isolamento e Quarentena em abrigos de Cães e Gatos

Introdução

Os abrigos deveriam funcionar como casas de passagem, mas se tornaram um espaço que, de modo geral, mantêm uma grande quantidade de animais por muito tempo, às vezes pelo resto da vida (MILLER E ZAWISTOWSKI, 2013). Diante disso, os abrigos têm a obrigação de adequar suas instalações a essa realidade, visto que a sua estrutura física tem impacto direto na qualidade de vida e saúde dos animais alojados (ARRUDA et. al., 2019).

Um abrigo deve ter a sua visão e missão bem claras e definidas. É preciso considerar a espécie abrigada, número de animais, necessidades básicas a serem atendidas, temperamento individual e condições sanitárias. Esses fatores ajudarão na definição de suas políticas internas e na melhor condução da gestão do abrigo (KIRBY e SAAVEDRA, 2020). Deve-se considerar um espaço mínimo apropriado que atenda não só as necessidades físicas e psicológicas dos animais, mas também de todos os colaboradores do abrigo, ou seja, gestores, funcionários e voluntários.

Um abrigo deve conter os seguintes ambientes:

- Recepção
- Administração
- Banheiro masculino e feminino
- Copa/Área para descanso
- Almoxarifado/Depósito de Material de Limpeza (DML)
- Depósito de ração
- Canis com área interna e com solário
- Canis maternidade
- Gatis com área interna e com solário
- Gatis maternidade
- Áreas de lazer
- Enfermaria/Ambulatório

- Quarentena para cada espécie abrigada
- Isolamento para cada espécie abrigada
- Depósito de lixos e resíduos
- Lavanderia

A estrutura física (arquitetura) tem impacto direto na eficácia de **programas preventivos**. O controle de doenças infectocontagiosas e parasitárias é um desafio (PESAVENTO E MURPHY, 2013), e o não atendimento dessa liberdade sanitária compromete seriamente o bem-estar de todos os animais e dos colaboradores do abrigo.

Nesse sentido, ressalta-se a importância de assegurar áreas específicas para animais recém-admitidos e que estejam, ou não, apresentando problemas de saúde que possam comprometer o bem-estar dos animais já alojados, além de implantar boas práticas para higienização desses ambientes. Os **canis de quarentena e isolamento** são áreas fundamentais, devendo representar de **5 a 10%** da área total do abrigo (ARRUDA et. al., 2019; GARCIA, 2019).

Quarentena x Isolamento: qual a diferença?

A quarentena é uma área temporária destinada aos animais recém-chegados e que não aparentam nenhuma doença transmissível, onde serão mantidos em observação, de modo a evitar a entrada de enfermidades infecciosas em curso ou em vias de manifestação e o risco de contágio aos demais animais do abrigo (NEWBURY et. al., 2018). Além disso, na quarentena devem ser mantidos para análise segura também aqueles animais com suspeita de problemas clínicos ou comportamentais que já estão alojados no abrigo (NUNES et. al., 2019).

A quarentena permite a observação do desenvolvimento de sinais de doença infecciosa em animais aparentemente saudáveis, bem como também permite o início da resposta imunológica à vacinação. O uso dessa área é um dos **pilares dos programas preventivos e tem por objetivo evitar a introdução de doença em uma população** (LOPES, 2013).

É de suma importância que haja uma área específica para quarentena no abrigo, longe das áreas comuns dos canis e gatos. É essencial que não haja nenhum contato entre os animais que estão em quarentena e aqueles saudáveis e disponíveis para adoção (MILLER e ZAWISTOWSKI, 2013). As baias de quarentena devem ser

individuais em uma área separada do abrigo, ter área coberta e estarem posicionadas em sentido oposto ao vento. Cada baía deve ter, no mínimo, 2,5m² por cão e, para gatos, no mínimo, 2,2m³ por animal, quando se opta por gaiolas individuais; o piso deve ser impermeável, antiderrapante e com os cantos arredondados, permitindo melhor limpeza; e as paredes azulejadas/impermeáveis (CRMV-PR, 2016; NUNES et. al., 2019).

O isolamento, por sua vez, refere-se à separação física daqueles animais que apresentam sinais clínicos de doenças infecciosas do restante da população, tanto para receber tratamento específico quanto para proteger os demais alojados. **O isolamento imediato de animais com sinais clínicos é fundamental para um efetivo controle de enfermidades**, devendo ter áreas específicas para adultos e filhotes, e isolamento também entre os animais.

Em relação à estrutura do isolamento, este deve ser separado do abrigo e prever acesso restrito aos funcionários; área mínima para cães e gatos com a mesma recomendação da quarentena; prever boa iluminação e ventilação natural; portas de 0,60x1,20m e que abram para fora; prever canaletas com grelhas para escoamento dos dejetos na maior dimensão; considerar caimento no piso em direção às grelhas de escoamento; prever ponto de água. Como os patógenos respiratórios podem ser facilmente transmitidos por via aerógena, as áreas de isolamento devem ter circulação de ar separada do resto da instalação (CRMV-PR, 2016).

Tanto a área de quarentena quanto a de isolamento devem possuir **gaiolas/baias individuais** para que não haja contaminação cruzada. Ainda, a biossegurança rigorosa nesses locais é essencial, devendo **seguir os padrões de tráfego e limpeza no abrigo (área menos contaminada para a mais contaminada) e o uso de jalecos e propés**. Além disso, é importante ter uma equipe designada para cuidar exclusivamente de animais em áreas de alta biossegurança, sempre que possível (LOPES, 2013).

Fluxo de um animal recém-admitido: o jeito certo de realizar um resgate

Ao realizar um resgate, o animal deve ser idealmente examinado por um médico-veterinário e classificado em uma das seguintes categorias (MILLER e ZAWISTOWSKI, 2013):

- Animal saudável;

- Animal com lesão ou alteração de saúde leve ou moderada;
- Animal com lesão ou alteração de saúde severa;
- Animal com doença infecciosa.

Após a classificação do estado de saúde de cães e gatos, abertura de prontuário e sua identificação, vacinação, desverminação e recebimento de ectoparasiticida, todos os animais que aparentam estar saudáveis devem ser devidamente redirecionados para canis/gatis individuais de **quarentena por um mínimo de 5 a 10 dias** (tempo variável de acordo com histórico de doenças no abrigo e no município que está inserido, dinâmica populacional do abrigo e tempo médio de permanência de um animal até sua adoção ou morte). Caso tenham sinais clínicos sugestivos de doenças infecciosas (por exemplo: secreções nasais, oculares, tosse, espirros, vômitos, diarreias; apatia ou tristeza; febre) ou ocorra o surgimento de qualquer sinal durante o período de observação, o animal deverá ser mantido em isolamento (MILLER e ZAWISTOWSKI, 2013; GARCIA, 2019).

Animais em **isolamento** devem permanecer nesse ambiente **por, no mínimo, 21 dias (período de incubação da maioria das doenças infecciosas) ou até que haja a cura da enfermidade**. Em seguida, devem ser novamente encaminhados para a quarentena pelo período de 5 a 10 dias. Uma nova análise clínica deve ser realizada pelo médico-veterinário e, se permanecerem saudáveis, poderão ser castrados e seguir para a ala de manutenção de animais sadios e prontos para adoção (GARCIA, 2019).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, E.C. et al. Características relevantes das instalações e da gestão de abrigos públicos de animais no estado do Paraná, Brasil, para o bem-estar animal. **Arq. Bras. Med. Vet. Zootec.**, Belo Horizonte, v. 71, n. 1, p. 232-242, Fev. 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-09352019000100232&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 Abr. 2021. <https://doi.org/10.1590/1678-4162-10224>.

CRMV-PR (CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ). Guia Técnico para Construção e Manutenção de Abrigos e Canis. Paraná: CRMV/PR, 2016. 35 p.

GARCIA, R. C. M. Medicina de abrigos - Introdução à medicina de abrigos. In: GARCIA, R. C. M.; CALDERÓN, N. & BRANDESPIM, D. F. Medicina veterinária do coletivo: fundamentos e práticas. 1 ed. Integravet, São Paulo. 2019. Cap. 3. p. 276-280.

KIRBY, M.; SAAVEDRA, L. Want to Start an Animal Shelter?. ASPCA National Shelter Outreach. Disponível em: <https://www.petfinder.com/animal-shelters-and-rescues/starting-a-pet-adoption-organization/start-animal-shelter/>. Acesso em: 16 abr. 2021.

LOPES, Letícia Rodrigues. Manejo de doenças infecciosas em gatos de abrigos. 2013. 59 f. TCC (Graduação) - Curso de Medicina Veterinária, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/95096/000917526.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 06 abr. 2021.

MILLER, L.; ZAWISTOWSKI, S. Introduction to animal sheltering. In: Shelter medicine for veterinarians and staff. 2.ed. Iowa: Wiley-Blackwell, 2013. cap.1, p.3-12.

Nunes, A.B.V. et al. Guia Prático - Políticas de manejo ético populacional de cães e gatos em Minas Gerais. 1. ed. Belo Horizonte: Superintendência de comunicação

integrada do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (SCI- MPMG), 2019, 137 p.

NEWBURY, S.; BLINN, M. K.; BUSHBY, P. A.; COX, C. B.; DINNAGE, J. D.; GRIFFIN, B.; HURLEY, K. F.; ISAZA, N.; JONES, W.; MILLER, L.; O'QUIN, J.; PATRONEK, G. J.; SMITH-BLACKMORE, M.; SPINDEL, M. Diretrizes sobre os padrões de cuidados em abrigos de animais. 1 ed. São Paulo: PremieRpet, 2018, 94 p.

PESAVENTO, P.A.; MURPHY, B.G. Common and emerging infectious diseases in the animal shelter. *Vet. Pathol.*, v.51, p.478-491, 2013.